



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 324/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

- 1- Processo TCE nº 1533/2015 - 03 volumes.**
- 2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- Órgão:** Escola de Serviços Público Municipal e Inclusão Socioeducacional – ESPI.
- 4- Exercício:** 2014.
- 5- Responsável:** Sra. Luiza Maria Bessa Rebelo, Diretora Geral do ESPI, à época.
- 6- Unidade Técnica:** DICAD/MA - Relatório Conclusivo nº 39/2015 (fls. 564/581).
- 7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 202/2016-MP-EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls. 583/585)
- 8- Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Escola de Serviços Público Municipal – ESPI. Exercício 2014.

Contas Regulares com Ressalvas. Recomendação à origem.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Regulares com Ressalvas as Contas da Escola de Serviço Público Municipal e Inclusão Socioeducacional – ESPI, exercício de 2014, de responsabilidade da Senhora Luiza Maria Bessa Rebelo, Diretora Geral da ESPI e Ordenadora de despesa, ex-vi do art. 71, inciso II, da CF/88 c/c o art. 40, inciso II da CE/89 e art. 1º, inciso II, art. 2º e 5º da Lei nº 2423/96 (LO/TCE), **recomendando a origem** que:

9.1.1- Nas próximas contratações, atente para o que preconiza a Lei nº 8.666/93;

9.1.2- Nos termos aditivos firmados demonstrar a vantagem econômica para prorrogar contratos, de acordo com o art. 57 inciso II da Lei 8.666/93 antes da assinatura do ajuste.

10- Ata: 12ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 12 de abril de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva,

Diário Eletrônico do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS - DIRAC

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 324/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por ANTONIO JULIO BERNARDO CABRAL.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 1938DEA0-929B239B-5980E626-6AF27974